





Homem Comum

Ferreira Gullar

Sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
Ando a pé, de ônibus, de taxi, de avião
e a vida sopra dentro de mim pânica
feito a chama de um maçarico e pode
subitamente cessar.

Sou como você
feito de coisas lembra-
das e esquecidas
rostos e mãos, o guarda-
sol vermelho ao meio-dia
em Pastos-Bons,
defuntas alegrias flores
passarinhos
facho de tarde luminosa
nomes que já nem sei
bocas bafos bacias
bandejas bandeiras
bananeiras tudo
misturado
essa lenha perfumada
que se acende
e me faz caminhar

Sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo,
nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.
Poeta fui de rápido destino.
Mas a poesia é rara e não comove
nem move o pau-de-arara.
Quero, por isso, falar com você,
de homem para homem,

apoiar-me em você
oferecer-lhe o meu braço
que o tempo é pouco
e o latifúndio está aí, matando.

Que o tempo é pouco
e aí estão o Chase Bank,
a IT& T, a Bond and Share,

a Wilson, a Hanna, a
Anderson Clayton,
e sabe-se lá quantos
outros
braços do polvo a nos
sugar a vida
e a bolsa
Homem comum, igual a
você,
cruza a Avenida sob a
pressão do imperialismo.
A sombra do latifúndio
mancha a paisagem,
turva as águas do mar
e a infância nos volta
à boca, amarga, suja de
lama e de fome.



Mas somos muitos milhões de
homens comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho
e margaridas.

GULLAR, F. Poema Sujo Dentro da Noite Veloz. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.], p.p.48-50

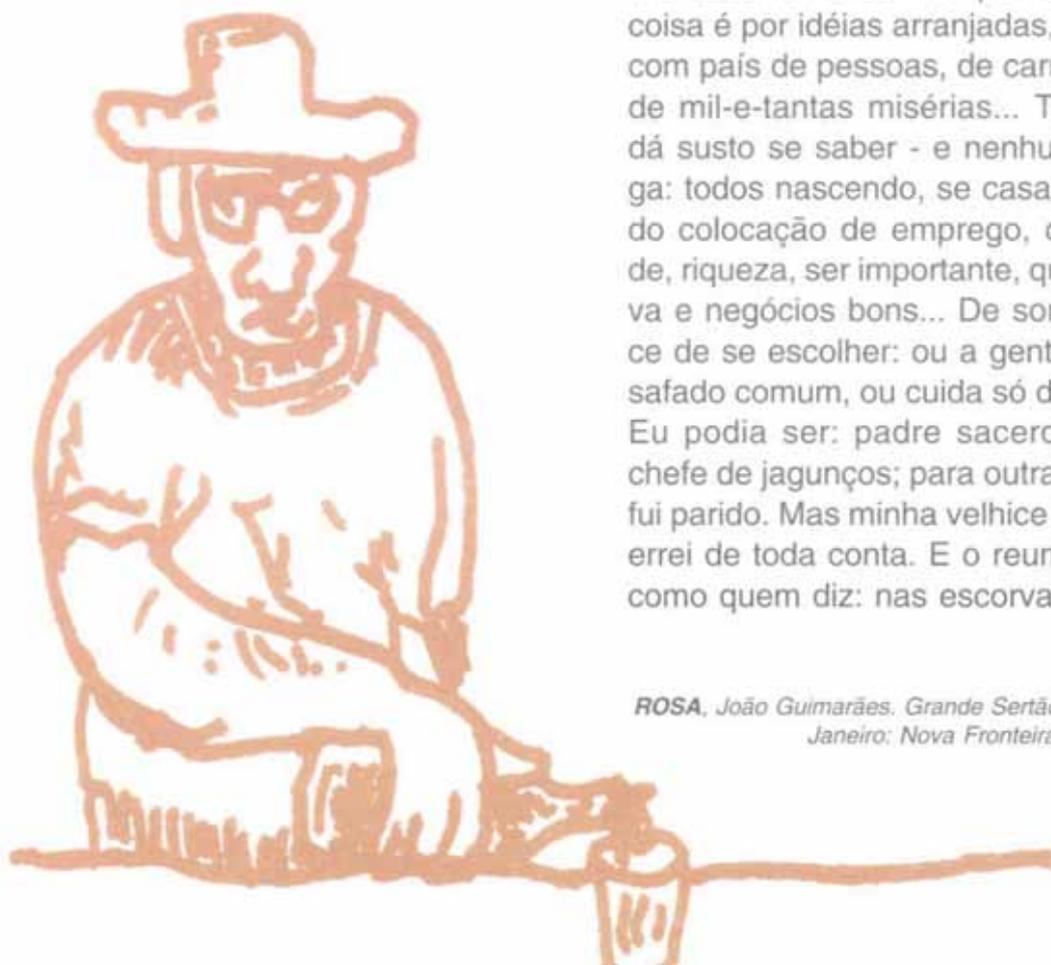


Grande Sertão: Veredas

(...) O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo mundo... Eu quase que nada sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo eu digo: para pensar longe, sou cão mestre - o senhor solte em mim uma idéia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! Olhe: o que

havia de haver, era de se reunirem os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção - proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranqüilidade boa à gente. Por que o Governo não cuida?!

Ah, eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é por idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente - dá susto se saber - e nenhum se sossega: todos nascendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... De sorte que carece de se escolher: ou a gente se tece no safado comum, ou cuida só de religião só. Eu podia ser: padre sacerdote, se não chefe de jagunços; para outras coisas não fui parido. Mas minha velhice já principiou, errei de toda conta. E o reumatismo... Lá como quem diz: nas escorvas. Ahã. (...)



ROSA, João Guimarães. Grande Sertão Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.p.14-15



O Germinal

(...) E, sob seus pés, continuavam as batidas cavas, obstinadas, das picaretas. Todos os companheiros estavam lá no fundo; ouvia-os seguindo-o a cada passo. Não era a mulher de Maheu sob aquele canteiro de beterrabas, curvada, com uma respiração que chegava até ele tão rouca, fazendo acompanhamento ao ruído do ventilador?

À esquerda, à direita, mais adiante, julgava reconhecer outros, sob os trigais, as cercas vivas, as árvores novas.

Agora, em pleno céu, o sol de abril brilhava em toda a sua glória, aquecendo a terra que germinava.

Do flanco nutriz brotava a vida, os rebentos desabrochavam em folhas verdes, os campos estremeciam com o brotar da relva.

Por todos os lados as sementes cresciam, alongavam-se, furavam a planície, em seu caminho para o calor e a luz. Um trasbordamento de seiva escorria sussurrante, o ruído dos germes expandia-se num grande beijo.

E ainda, cada vez mais distintamente,



como se estivessem mais próximos da superfície, os companheiros cavavam. Aos raios chamejantes do astro rei, naquela manhã de juventude, era daquele rumor que o campo estava cheio.

Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra. (...)

*Zola, Émile. Germinal. São Paulo :
Abril Cultural, 1979, p.535*



A educação para a participação

Juan E. Diaz Bordenave

Como os demais processos sócio humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer a sua realidade; a refletir; a superar as contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferências e fatos de julgamentos. A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações.

A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembléias e reuniões; a formar comissões de trabalho; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação.

Como se pode ver, a agenda da capacitação para a participação não é simples. A vantagem é que estas coisas não se adquirem numa sala de aula, mas na chamada praxis, que é um processo que mistura a prática, a técnica, a *invenção e a teoria*, co-

locando-as ao serviço da luta pelos objetivos do povo.

E depois vem o que a educação deve ensinar a rejeitar. Na aprendizagem da participação, o aprendiz fica sabendo como detectar tentativas de manipulação, sintomas de dirigismo e de paternalismo; a superar a improvisação, o espontaneísmo e a demagogia; a distinguir a verdadeira participação da simples consulta ao povo.

Evidentemente, o tipo de educação que pode fomentar estes tipos de aprendizagem não pode ser a educação tradicional, quer consista na transmissão pura e simples de conteúdos, quer na moldagem do comportamento humano em prol de objetivos preestabelecidos.

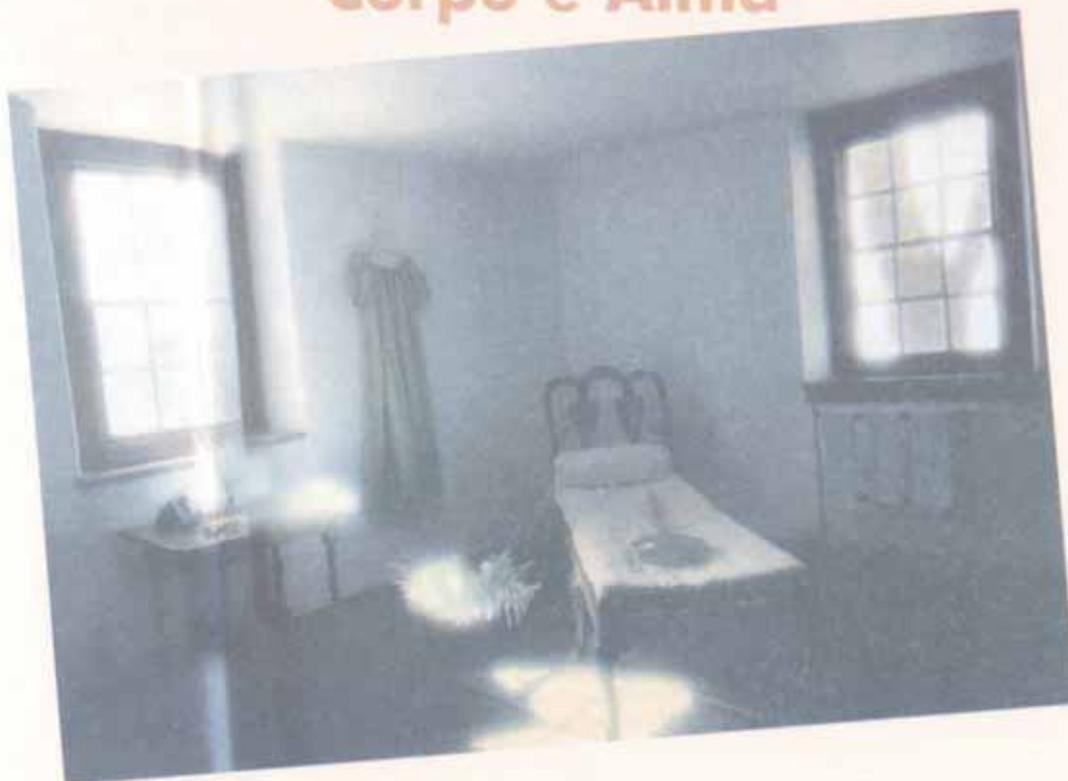
A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na praxis grupal.

Parece que só se aprende a *participar, participando*.





Corpo e Alma



O país adoeceu
Seu cérebro colonial sofre
Queima
Derrete
Como um balde de éter
Sob o sol a pino

E depois
Que some o sol
Seus generosos dedos
Curtos e grossos
Como raízes no ar
Pressionam o botão da TV
E derramam o que sobrou
De éter no balde...

O país está doente!
Seu peito infantil inspira
Um ar sujo de mina
E expira desritmadamente
Um ar metálico de hospital

Seus grandes olhos redondos
Brilham. O horror próprio dos
Olhos de um inocente, quando
Condenado à morte...

Seu sexo em chagas
É torturado (as 8 horas da noite)
Em eletrônicos orgasmos
Interrompidos



Seu sexo em chamas
É excitado (todas as noites)
Por luzentes gatos mortos

Sobre o seu corpo tropical
Pesa
Uma armadura de ferro
Que lhe esfolia a pele
E lhe confunde o equilíbrio

Seu coração de carnaval
Foi chutado
Dentro de um macabro picadeiro
E lá
Se encolheu

Sua alma humilde afro-católica
Humilhada e entristecida, se contorce
Nas garras de uma enorme ave
Carnívora
Emigrada do norte

O país está doente!

Sua boca cantante
Emudeceu
Suas pernas de craque
Bambearam
Seu jeitinho esperto
Falhou
Seu lirismo de morro
É piada
Sua menina da praia
Mudou-se para Paris

O país está doente!

De corpo e alma
E não se dá conta
Da intensidade
Da própria tragédia

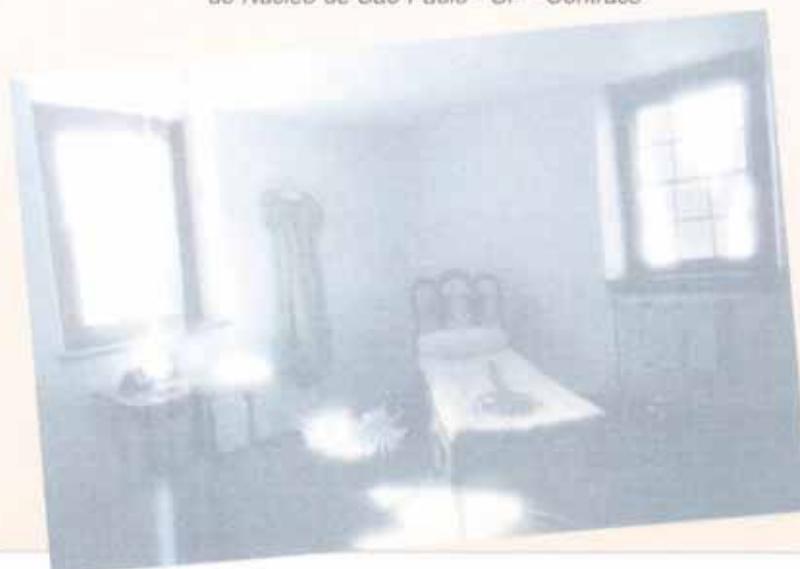
Como enlouquecidas crianças
Pulando
Distraídas
Sobre montanhas de lixo

Brasil
És o touro
Sem a rosa

Que chifra com fúria
O coração por dentro

Com o olho triste e
Um sorriso na boca...
À verdade revela
Sua eterna face

Elaborado por Léa Araujo de Souza, aluna-trabalhadora do Núcleo de São Paulo - SP - Contracs.





“Minha Raça”

José Martí

A palavra “racista”, está se tornando uma palavra confusa, que é preciso esclarecer. O homem não tem nenhum direito especial pelo fato de pertencer a uma ou outra raça: diga-se homem, e já dizem todos os direitos. O negro, por ser negro, não é inferior nem superior a nenhum outro homem: peca por redundante o branco que diz: “minha raça”, peca por redundante o negro que diz “minha raça”.

Tudo o que divide os homens, tudo o que os especifica, os afasta ou os acurrala, é um pecado contra a humanidade. A que branco sensato lhe passa pela cabeça envaidecer-se pelo fato de ser branco, e o que pensam os negros do branco que se envaidece de sê-lo e acredita que, por sê-lo, tem direitos especiais? Que poderão pensar os brancos do negro que se envaidece de sua cor?

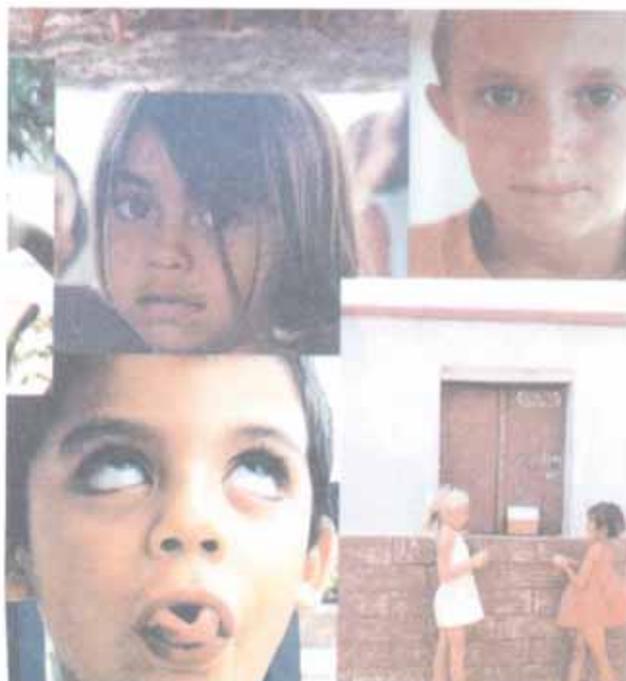
Insistir na divisão de raça, nas diferenças de raça de um povo naturalmente dividido, é dificultar a felicidade pública e a individual, que estão na maior aproximação dos fatores que devem viver em comum.

Se dizemos que no negro não há culpa aborígene, nem vírus que o impossibilite de desenvolver toda sua humanidade, dizemos a verdade, e é preciso dizer e demonstrar, pois a injustiça deste mundo é muita, bem como a ignorância, mesmo a daqueles que passam por sábios.

Se alegamos que a condição da escravidão não acusa inferioridade na raça escrava, pois os gauleses brancos, de olhos azuis

e cabelos de ouro, foram vendidos como servos com a argola no pescoço nos mercados de Roma; isso é bom racismo, por ser justiça pura, que ajuda a despojar de preconceitos o branco ignorante. Mas aí termina o racismo justo, o direito que tem o negro de manter e provar que sua cor não o priva de nenhuma das capacidades e direitos da espécie humana.

O racista branco, que acredita à sua raça direitos superiores, com que direito se queixa de que o racista negro também veja exclusividade na sua raça? E o racista negro, que vê na raça um caráter especial, com que





direito se queixa do racista branco?

O homem branco que, em virtude de sua raça, pensa ser superior ao homem negro, admite a idéia de raça e autoriza, e provoca, o racista negro.

O homem negro que proclama sua raça, quando na verdade o único que proclama desta forma errada é a identidade única de

todas as raças, autoriza e provoca o racista branco. Os negros, como os brancos, se dividem por suas características : tímidos ou corajosos; abnegados ou egoístas.

MARTÍ, José. Nossa América. São Paulo : Hucitec, 1983, p.p.229-230

Entrada no mercado de trabalho pela primeira ocupação, segundo sexo e cor – Brasil-1981 a 1988

Grupo Social	Rural Manual	Serviço Manual Urbano	Ind. tradicional	Ind. Moderna	Rotina (serv não manual)	Técnica e Adm. Urbana	Prof. liberal e alta adm
Homem branco	10,71	18,18	17,89	6,53	17,69	13,15	10,36
Homem preto/pardo	18,14	18,82	25,18	8,42	15,62	8,22	2,42
Mulher brancas	3,11	30,28	25,8	0,4	20,93	6,02	8,95
Mulher pretas/pardas	6,3	39,39	21,87	0,31	21,69	3,18	3,16

Fonte: CAILLAUX, Elisa. "Mobilidade Social no Brasil - 1976 a 1988". In: Indicadores Sociais, uma Análise da década de 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1995





O Homem: Animal Político

O homem é um animal que não vive sozinho, pois todo ser humano, desde que nasce até o momento em que morre, precisa da companhia de outros seres humanos. Foi observado isso que o filósofo grego Aristóteles escreveu que o homem é um animal político, pois é a própria natureza humana que exige a vida em sociedade.

É importante lembrar que não é só para atender a suas necessidades materiais que o ser humano precisa da companhia de seus semelhantes. Na realidade, o homem é o único animal que durante vários anos depois do nascimento não consegue obter sozinho os seus alimentos. E no mundo moderno isto está cada vez mais difícil, mesmo para os adultos, uma vez que a sociedade humana se organizou de tal modo que a grande maioria passa a vida toda consumindo alimentos produzidos por outros.

Mas ao lado disso é preciso assinalar que mesmo o homem mais rico, que tenha dinheiro para comprar e armazenar em casa os alimentos suficientes para toda a sua vida, mesmo esse homem não consegue viver sozinho.

E não é porque necessita dos serviços dos outros seres humanos para a manutenção de sua casa, o preparo dos alimentos e o cuidado de sua saúde, mas porque todo o ser humano tem necessidades afetivas, psicológicas e espirituais, que só podem ser entendidas com a ajuda e a participação de outros seres humanos.

Assim, portanto, a vida em sociedade é

uma necessidade da natureza humana, não se podendo falar do homem como indivíduo sem lembrar que esse indivíduo não vive sozinho, mas está sempre relacionado com outros indivíduos. Pode-se resumir essa idéia dizendo que o homem é um ser social por natureza e, por isso, tudo que ele tem ou realiza é tido ou realizado em sociedade.

Outro dado importante que deve ser ressaltado é que todos os seres humanos valem exatamente a mesma coisa. Pondo-se lado a lado dois recém-nascidos, sem revelar a condição social de cada um, ninguém poderá dizer que um vale mais que o outro. Por natureza todos nascem iguais e é a sociedade que estabelece diferenças, o que significa que as diferenças de valor entre seres humanos são artificiais, não naturais. Essa igualdade essencial de todos os seres humanos foi reconhecida e proclamada há milênios e deve ser buscada na organização





social, dando-se absoluta igualdade de oportunidades a todos, desde o momento do nascimento. É contra a natureza permitir que uns nasçam ricos e socialmente bem situados enquanto outros nascem miseráveis e condenados a uma vida de sacrifícios e privações e inferioridade social.

Esse reconhecimento da igualdade essencial de todos não quer dizer que não existam diferenças individuais. Embora todos tenham o mesmo valor cada um tem sua individualidade, seu modo de ser, suas preferências, suas aptidões, seu julgamento próprio a respeito dos fatos da vida. O que a experiência comprova é que pessoas criadas no mesmo ambiente, recebendo o mesmo tratamento, sendo educadas da mesma forma, ainda assim apresentam diferenças de comportamento e muitas vezes reagem de maneiras diferentes perante o mesmo acontecimento.

Há, portanto, vários pontos fundamentais que devem ser levados em conta quando se tratar da organização da sociedade. Todos os seres humanos necessitam da vida social e todos valem essencialmente a mesma coisa. Mas cada um tem as características próprias de sua individualidade e por isso a vida em sociedade, embora necessária, acarreta sempre a possibilidade de conflitos.

Na verdade, a ocorrência de conflitos deve ser reconhecida como normal numa sociedade de homens livres. Mesmo que sejam asseguradas oportunidades exatamente iguais a todos, desde o ponto de partida, ainda assim os conflitos não desaparecerão, pois eles decorrem das diferenças de individualidades.

Há pessoas que por medo, comodismo ou por qualquer outra razão têm horror ao conflito e imaginam que seja possível uma sociedade totalmente livre de conflitos. Não é raro que tais pessoas acreditem que pelo uso da força todos os membros de uma sociedade poderão ser obrigados a aceitar os mesmos valores, a cumprir passivamente as ordens dos superiores e a se comportar de modo igual em todas as circunstâncias. Mas a história da humanidade e os fatos de todos os dias e de todos os lugares demonstram que onde existirem pessoas vivas existirão conflitos.

Em conclusão, o ser humano não é apenas animal que vive, é também um animal que convive, ou seja, o ser humano sente a necessidade de viver mas ao mesmo tempo sente também a necessidade de viver junto com outros seres humanos. E como essa convivência cria sempre a possibilidade de conflitos é preciso encontrar uma forma de organização social que torne menos graves os conflitos e que solucione as divergências, de modo que fique assegurado o respeito à individualidade de cada um.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que todos os seres humanos são essencialmente iguais por natureza. Em consequência, não será justa uma sociedade em que apenas uma parte possa decidir sobre a organização social e tenha respeitada sua individualidade.



A conselheira do príncipe

Demétrio Magnoli

Olhe mais uma vez para o planisfério político e para o mapa político do Brasil. Poucas imagens são tão familiares como essas, signos antigos, banalizados na nossa memória e experiência, recordação inevitável da sala de aula. Vulgarizadas pela exposição exaustiva, essas imagens esvaziaram-se de conteúdos: os continentes divididos por finos traços que delimitam espaços assimétricos grandes ou pequenos foram incorporados à nossa experiência como representação natural do mundo.

Além da delimitação recíproca de oceanos e continentes, tudo o que há nesses mapas são os finos traços denominados fron-

teiras: os espaços vazios que elas circunscuem são os países. Uma reflexão mais detida nos permitirá recordar aquilo que, no fundo, sabemos.

Fronteira e países não estiveram sempre onde estão, e não existiram sempre. Não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. Seu significado atual é fruto recente da história humana, com raízes fincadas na Europa pós-medieval, matriz dos Estados nacionais.

A dimensão planetária que adquiriram é ainda mais recente: liga-se à projeção colonial e imperialista dos Estados nacionais





européus, sobre todos os continentes, nos últimos cinco séculos.

Rompida a opacidade do planisfério banalizado, revela-se seu conteúdo escondido: ele é representação sintética do drama secular que se chama história.

Confrontados com os mapas políticos, freqüentemente perdemos de vista o caráter histórico das realidades que eles espelham. Mas a natureza, que produziu árvores e matas, oceanos e mares, rios e montanhas, não produziu fronteiras ou países. Na prática cotidiana, insensivelmente naturalizamos esses fenômenos que são políticos.

A geografia escolar oficial contribui poderosamente para esse processo de escamoteamento da realidade. Destinada a

cristalizar as idéias de pátria e patriotismo entre jovens estudantes, ela trata o território nacional como entidade natural. Tudo se passa como se o território da pátria fosse um dado prévio, anterior à história, metafísica entidade um dia “descoberta” e “ocupada”. Procede-se a minuciosa e sistemática descrição do “seu” relevo, hidrografia, clima e vegetação.

Tudo isso precede ritualmente o estudo das atividades humanas: é preciso configurar o corpo da pátria! Culto e adoração do corpo da pátria são os objetivos perseguidos pela geografia dos bancos escolares.

Magnoli, Demétrio. O que é geopolítica. São Paulo : Brasiliense, 1994, p.p.7-8



Polivalência: do mito... para a realidade

(...) A modernidade, ao flexibilizar a divisão de tarefas no interior dos processos produtivos, estaria cumprindo com o papel de substituir o desqualificado e descomprometido “apertador de parafusos”- que na empresa Taylorista-Fordista repetia indefinidamente um número limitado de tarefas e movimentos ordenados e regulamentados pelo departamento de Organização e Método das empresas – por um funcionário que pensa e molda seu próprio emprego na medida em que é chamado a experimentar novos métodos de trabalho capazes de garantir ao mesmo tempo a sua realização pessoal e o crescimento da empresa. Desta forma, graças a polivalência, o ser humano estaria deixando de ser uma mera apêndice das máquinas para reencontrar no trabalho o caminho de sua própria humanização.

Mas será que é isso mesmo? Com a polivalência, o capital estaria mesmo abrindo mão da crescente submissão do homem à máquina que, aliás, é um dos elementos que lhe garantem a progressiva exploração da força de trabalho? A polivalência que tem sua origem na flexibilização e na automação dos processos produtivos estaria gerando uma maior qualificação do trabalhador coletivo?

Para respondermos a estas perguntas é necessário analisar a história e a lógica da implementação das mudanças no interior das empresas. É o que faremos a seguir.



Se observarmos atentamente o desenvolvimento histórico do capitalismo, podemos perceber que, sem dúvida, a flexibilidade ao nível da organização do trabalho não é um elemento novo. No começo deste século, por exemplo, diante das exigências impostas pelo acirrar-se da concorrência e da luta de classes, ela manifestou-se na necessidade do empresariado esvaziar o poder de barganha do trabalhador de ofício. Este, de fato, ao executar todas as etapas do processo de produção, fazia do saber acumulado em sua profissão o elemento que além de garantir-lhe o controle sobre o tempo, o ritmo e os movimentos a serem utilizados em cada tarefa, lhe possibilitava uma relativa estabilidade no emprego, pois era extremamente



difícil encontrar alguém com o mesmo nível de qualificação que, de uma hora para outra, pudesse vir a substituí-lo.

É neste contexto que a introdução do Taylorismo e do Fordismo, ao subdividir o trabalho em operações simples e ao levar os funcionários a realizarem indefinidamente apenas algumas destas operações, além de elevar o controle sobre o tempo e o ritmo de trabalho, transformava o velho trabalha-



dor de ofício numa peça descartável e, portanto, facilmente substituível do próprio processo de produção.

Agora, se, de um lado, a destruição do trabalhador de ofício – e, do sindicalismo que caracterizava a sua atuação no interior das empresas – significou um empobrecimento geral da classe em termos de qualificação e poder de barganha em suas lutas imediatas, de outro esta derrota abriu às classes trabalhadoras novas possibilidades históricas para a formação de um proletariado capaz de colocar em cheque as relações de produção capitalistas. De fato, o sindicalismo de ofício, além de manter uma rigorosa averiguação dos procedimentos que levavam à intro-

dução na profissão e à transmissão da qualificação aos novos funcionários, apostava no controle sobre o processo de trabalho por parte dos trabalhadores qualificados para fazer com que este pequeno grupo de empregados alcançasse alguma melhoria em sua situação econômica. (...)

A implantação do Taylorismo e do Fordismo, ao derrotar esta forma predominante de organização acabava fortalecendo as condições históricas que poderiam levar à formação de um proletariado capaz de fazer avançar a luta pela socialização da propriedade privada, o controle da produção, a apropriação do trabalho excedente e das condições sociais de reprodução pela classe e não por um grupo limitado de trabalhadores qualificados. Mas, se a rigidez dos tempos e das tarefas impostas pelos novos métodos de organização do trabalho, de um lado, buscava ampliar o domínio do capital, de outro, acabava tomando-se a base de novas qualificações e de saber prático que, pouco a pouco, viria novamente fortalecer o poder de barganha e ação política dos trabalhadores coletivos. É neste contexto que se inserem as lutas operárias que ocorreram entre o final da década de 60 e a metade da década de 70. Lutas que acabaram ameaçando a hegemonia das classes dominantes por serem ações de uma classe e não apenas de um grupo de funcionários qualificados.

Diante destas investidas, além de derrotar e de colocar numa posição de subalternidade as organizações dos trabalhadores, para o empresário era necessário recriar as condições que garantissem a submissão do trabalho à ordem do capital. Atra-



vés dos processos de terceirização, automação e reestruturação dos ambientes produtivos, os patrões voltavam a colocar a flexibilização do trabalho no centro de sua estratégia de ação. O novo trabalhador, a ser moldado de acordo com as necessidades dos sistemas informatizados, teria que ser jovem, polivalente, sem tradição de luta, com estudos que lhe fornecessem conhecimentos gerais mais amplos (o Segundo grau, por exemplo) ou, no limite, as noções técnicas básicas que podem ser assimiladas através dos cursos do SENAI.

Ou seja, o perfil da grande maioria dos trabalhadores que do final da década de 80 até os nossos dias, começam a compor o quadro de funcionários das grandes empresas tem como traço fundamentais a ausência de uma militância política e de uma qualificação efetiva, ao lado de uma bagagem de conhecimentos que serve apenas para proporcionar-lhes uma leitura rápida e segura das informações que aparecem nos sistemas de controle dos equipamentos automatizados e para garantir uma rápida operacionalização das ordens recebidas. Mais uma vez, portanto, a flexibilização não passa de um processo pelo qual o

empresariado busca remover todas as barreiras que podem constituir um obstáculo à plena utilização da força de trabalho empregada.

(...) Podemos dizer, portanto, que as mudanças no processo de trabalho tendem a criar uma minoria que detém novas qualificações ao lado de uma maioria desprovida de qualquer qualificação, cujo saber e habilidades adquiridas no trabalho se aplicam única e exclusivamente aos sistemas implantados no interior de cada empresa.

E o que dizer do processo de subordinação real do homem à máquina pelo qual o trabalhador torna-se apêndice dos mecanismos que opera? O desempenho das máquinas está deixando de ditar o ritmo e as tarefas que fazem necessárias no processo de trabalho?

A realidade dos fatos nos mostra exatamente o contrário. A organização das equipes de trabalho baseia-se na determinação do capital de reduzir ao mínimo os "tempos mortos" da produção, enquanto a forma de sua intervenção, o número de tarefas a serem desempenhadas o ritmo de trabalho e o grau de qualificação exigido são totalmente determinados pelas regras de funcionamento dos sistemas automatizados. Além disso, a realidade mostra que, nos setores de ponta, estamos nos aproximando cada vez mais da previsão de Marx e Engels do deslocamento do trabalho humano da intervenção direta na produção para o controle e a supervisão dos equipamentos e, portanto, de uma situação que aumenta a subordinação real do trabalho ao capital.

São inúmeras as situações que poderíamos citar para comprovar a ocorrência deste processo, mas preferimos ilustrar com um exemplo como a lógica da subordinação real



do trabalho ao capital orienta a introdução dos sistemas informatizados nas empresas. Tomamos em consideração um setor de laminação no interior de uma aciaria. Na sua forma mais simples a laminação prevê a realização de três operações básicas: o carregamento, o controle e o descarregamento do sistema. Qualquer uma dessas fases pode ser automatizada e, qualquer que seja a opção, assistiremos sempre a eliminação de postos de trabalho. Há, porém, diferenças substanciais entre automatizar uma fase ou outra: ao automatizar o carregamento ou o descarregamento, seria conservado o trabalho de controle e regulação do processo de laminação, que é o mais qualificado dos três e o que permite aos trabalhadores influir diretamente sobre o ritmo de produção. Se, ao contrário, se informatizasse o controle da laminação, o posto de trabalho mais qualificado seria suprido e os trabalhadores que carregam e descarregam os equipamentos seriam obrigados a executar estas operações acompanhando o ritmo imposto pelos dispositivos automatizados. É importante lembrar que qualquer uma dessas opções irá influir em termos de produtividade, mas a história mostra que a segunda é a que tem bem mais probabilidades de ser adotada, pois, ao mesmo tempo, elimina a força de trabalho mais qualificada (e, conseqüência, a mais cara e a que tem maior poder de barganha) e fortalece o controle empresarial. Além do mais, não é por acaso que, hoje em dia, a maior parte dos estudos e

práticas empresariais ao tratarem da gestão e da organização do trabalho enfatiza o processo de produção e não o ritmo de trabalho ou o controle do mesmo, pois estes fatores já estão assegurados pelo funcionamento das linhas automatizadas.

Por tudo aquilo que dissemos, não é difícil perceber que a polivalência, inserida no processo de flexibilização do trabalho que ocorrem sob a égide do capital, por si só rema em sentido oposto aos que leva os trabalhadores ao reino da liberdade visualizada pelos teóricos marxistas. Se tivermos que descrever em poucas palavras o perfil de um trabalhador polivalente diríamos que ele não passa de um pau pra toda obra que diante do aumento do desemprego e da ameaça constante que este traz à manutenção de suas condições de vida percebe uma sensação de alívio ao aderir, ora ativa ora passivamente, aos objetivos e aos limites impostos pela lógica das mudanças no interior do sistema capitalista. Lógica que tem na polivalência e na flexibilização dos processos de trabalho dois importantes instrumentos para ocultar a continuidade histórica da necessidade da classe dominante ir adequando a organização do trabalho às exigências da acumulação do capital e para apagar nas classes trabalhadoras a memória coletiva de sua tradição de luta e, com ela, a necessidade de construir uma nova ordem social.

GENNARI, Emílio. Automação, Terceirização e Programas de Qualidade Total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho. São Paulo : CPV, 1997, p.p.33-42



O Homem Novo

Ernesto Guevara de La Serna



A leis do capitalismo, invisíveis para as pessoas comuns e cegas, atuam sobre o indivíduo sem que este perceba. Só vê a amplitude de um horizonte que parece infinito. O prêmio, se avista a distância; o caminho é solitário. Além disso é uma corrida de lobos: somente pode-se vencer sobre o fracasso dos outros.

Tentarei agora definir o indivíduo, ator desse estranho e apaixonante drama que é a construção do homem novo, em sua dupla existência, de ser único e membro da comunidade.

Creio que o mais simples, é reconhecer sua qualidade de não feito, de produto não acabado. A taras do passado se transpõem para o presente na consciência individual e tem-se que fazer um trabalho contínuo para erradicá-las. O processo é duplo, por um lado atua a sociedade com sua educação direta e indireta, por outro, o indivíduo se submete a um processo consciente de autoeducação.

A nova educação em formação tem que competir muito duramente com o passado. Isto se faz sentir não só na consciência individual, na que pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo caráter mesmo deste período no qual persistem as relações mercantilistas.

Del Rio(Rius), Eduardo. Conheça Che. São Paulo: Proposta Editorial, p.p.104-105.



Miséria infantil



No relatório apresentado em março de 95 na Cúpula sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague, o governo já reconheceu que 16% das crianças brasileiras entre 5 e 14 anos de idade trabalham. A novidade do estudo da Organização Internacional do Trabalho divulgado esta semana é que, com esse espantoso índice - uma em cada seis crianças trabalha -, o Brasil só não está em pior situação do que cinco outros países.

Os casos mais graves, ignominiosos, são os de trabalho insalubre - crianças em longas jornadas em olarias, como no Piauí, ou em produções de gesso e carvão no Nordeste, intoxicando-se com tais materiais.

A atividade precoce na lavoura, ainda nos casos de agricultura familiar pareça menos atroz, não deixa de ser uma grave carga social. Essa situação explica em grande medida o analfabetismo e o baixo grau de instrução dessas populações. São crianças que não freqüentam normalmente a escola e que, dependendo da idade e do tipo de esforço a que estão submetidas, podem ver

prejudicado também seu desenvolvimento físico.

Apesar do inegável mérito de alguns projetos específicos, está claro que somente medidas gerais e de grande fôlego, como os programas de renda mínima, são capazes de reduzir essa exploração infantil.

Afinal, enquanto persistir uma realidade econômica impelindo as famílias pobres a submeter suas crianças ao trabalho, dificilmente o poder público eliminará tais práticas só com a repressão. A renda mínima vinculada à assiduidade escolar é um projeto extremamente promissor, pois força a escolarização e ajuda a combater a miséria. Em Brasília, o programa praticamente eliminou o abandono escolar, que caiu a 0,2% (contra índices da ordem de 6% até 1994).

O combate ao trabalho infantil pode ser feito. Trata-se de conferir-lhe a devida prioridade.



A fabricação do menor no trabalho

As famílias pobres e exploradas buscam sobreviver, na desigualdade, através do trabalho. O trabalho da criança e dos adolescentes constitui um dos recursos que as famílias pobres utilizam para aumentar a sua renda, e como mecanismo social para enfrentar emergências e situações de agravamento de subsistência. Isto acontece, por exemplo, em caso de invalidez, acidente, desemprego e doença. Estas situações devem ser entendidas não como resultantes de dramas ou histórias isoladas e individuais das famílias pobres, mas como parte da história social da exploração.

Nas regiões predominantemente rurais o trabalho de menores é um fator de expansão da produção. No caso de fronteiras agrícolas há condições do menor prover, quando adulto, a própria subsistência pela ocupação de novas terras. A modernização da agricultura, pela introdução de novas tecnologias e do assalariamento no campo, vem expulsando grandes contingentes de trabalhadores para as cidades, mudando a situação econômica, política e social da forma de inserção da família no sistema de produção.

Na zona urbana há uma determinação de condições de produção próprias ao de-

envolvimento urbano-industrial e uma economia direcionada para bens de consumo duráveis, que recruta um número relativamente reduzido de trabalhadores pela alta tecnologia utilizada, combinada à expansão de serviços de pequenas oficinas que sobrevivem na periferia das grandes empresas.

Esta situação faz com que a família pobre se desarticule, levando, muitas vezes, o pai a ser uma espécie de pioneiro na busca de trabalho, obrigando-o a longos períodos de separação do resto da família. Por determinações do trabalho ocorre também um grande número de separações na família proletária, levando a mulher a ser chefe de família. As mulheres ocupam 35,6% da população em atividade econômica. (...)

Verifica-se, pois, que a desagregação da família proletária é provocada por condições de vida, de trabalho e de renda, bem como pela migração rural.

Nessas condições não basta à sobrevivência da família proletária o trabalho dos pais, o que obriga os filhos a ingressarem muito cedo no mercado de trabalho.

Vicente Ferreira, Humanidade, n. 12, fev/abr. 1987, pp7-8.



**Participação Infantil no Mercado de Trabalho - 1992-1999 (Em %)**

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
<i>Taxa de ocupação de crianças de 5 a 9 anos¹</i>								
Brasil								
Total	3,67	3,18	3,19	Nd	Nd	2,59	2,44	-33,6
Branços	3,33	2,84	2,36	Nd	Nd	1,82	1,84	-44,8
Negros*	4,00	3,53	4,04	Nd	Nd	3,03	3,03	-24,2
<i>Taxa de ocupação de crianças de 10 a 14 anos²</i>								
Brasil								
Total	0,22	0,22	0,20	0,17	0,17	0,17	0,17	-26,1
Branços	0,20	0,19	0,17	0,15	0,14	0,14	0,13	-32,9
Negros*	0,25	0,24	0,24	0,19	0,20	0,19	0,20	-21,5
Grandes Regiões								
Norte								
Total	0,17	0,18	0,18	0,13	0,15	0,16	0,16	-5,8
Branços	0,13	0,16	0,13	0,10	0,12	0,12	0,14	6,2
Negros*	0,19	0,19	0,19	0,14	0,16	0,16	0,17	-8,8
Nordeste								
Total	0,29	0,28	0,28	0,23	0,24	0,25	0,24	-16,8
Branços	0,27	0,26	0,25	0,20	0,21	0,21	0,21	-21,6
Negros*	0,30	0,28	0,29	0,23	0,25	0,25	0,26	-15,0
Sudeste								
Total	0,29	0,28	0,28	0,23	0,24	0,25	0,24	-16,8
Branços	0,27	0,26	0,25	0,20	0,21	0,21	0,21	-21,6
Negros*	0,30	0,28	0,29	0,23	0,25	0,25	0,26	-15,0
Centro-Oeste								
Total	0,24	0,23	0,21	0,17	0,16	0,16	0,16	-32,6
Branços	0,22	0,21	0,17	0,15	0,13	0,13	0,14	-37,0
Negros*	0,26	0,25	0,23	0,18	0,18	0,17	0,17	-32,7
Sul								
Total	0,16	0,15	0,13	0,11	0,11	0,10	0,09	-39,9
Branços	0,14	0,13	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	-46,0
Negros*	0,18	0,18	0,16	0,14	0,13	0,12	0,12	-33,3
Sul								
Total	0,27	0,26	0,26	0,20	0,19	0,18	0,18	-31,7
Branços	0,26	0,25	0,26	0,20	0,19	0,19	0,18	-30,5
Negros*	0,30	0,31	0,25	0,22	0,18	0,14	0,19	-36,0

Taxa de ocupação = razão entre a população ocupada e a PIA.
 Nota: * A população negra é composta por pardos e pretos.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.



Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero

Clara Araújo

De forma bastante concisa, caberia destacar como contribuição do marxismo ao feminismo o enfoque histórico e material, que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados: a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta.

A perspectiva histórica e material possibilita pensar as práticas sociais, a construção de instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista, como mostrou Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tal perspectiva é crucial para fugir a enfoques essencialistas sobre a dominação masculina e a subordinação feminina, nos quais as mulheres seriam, desde sempre e por natureza, subordinadas ou diferentes, e os homens, opressores.

Em *A Ideologia Alemã*, é possível com-



preender como as várias faces das relações humanas originam-se dos processos materiais e históricos, desencadeados a partir das relações que homens e mulheres estabelecem com vistas à *produção e reprodução* de suas vidas e de suas necessidades. E conformam uma totalidade indispensável à re-



produção social da vida material.

Como indicaram os autores, Marx e Engels, tais processos se realizam via sujeitos sociais sexuados, os quais, através de suas práticas e interações com vistas à reprodução social e da espécie, dão origem a instituições, também históricas, como, por exemplo, a família.

Este enfoque contribui para o entendimento de que as relações sociais, inclusive as que se desenvolvem entre homens e mulheres, são construídas, reproduzidas e transformadas, uma vez que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, mas produto das práticas sociais, conflituosas e, muitas vezes, antagônicas.

Revista Crítica Marxista. São Paulo: Boitempo Editorial, outubro de 2000, pp. 65-66.



EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE MULHERES NO TOTAL DA PEA (1950-90) América Latina - países do Mercosul (%)

	1950	1960	1970	1980	1990
América Latina	21,9	19,0	21,1	25,3	28,1
Argentina	20,0	21,2	24,8	25,8	27,9
Brasil	15,4	17,8	20,4	27,0	29,6
Chile	25,2	22,0	22,2	26,0	29,4
Paraguai	21,9	21,9	21,0	25,0	24,4
Uruguai	18,7	19,4	27,1	33,5	38,5

Fonte: Valdés e Gomáriz, 1995



El presupuesto de 2002 no permitirá encarar una crisis, según las centrales

El borrador de Presupuestos Generales del Estado de 2002 que prepara al gobierno no convence a los sindicatos. Los líderes de CC OO y UGT, José María Fidalgo y Cándido Méndez, manifestaron ayer que el escenario de déficit cero no permitirá encarar una crisis de la economía y peor aún una recesión.

Ellos defienden una política económica menos restrictiva, en favor de una mayor creación de empleo, y que, como están haciendo otros países europeos, sirva



para no llegar a la recesión si se agravan las consecuencias económicas de los ataques terroristas a EE.UU.

Asimismo, las centrales criticaron la pretensión del Gobierno de conseguir el equilibrio presupuestario a costa del superávit en cotizaciones que van a mantener la Seguridad Social y el Instituto Nacional de Empleo (Inem). Pese a ese superávit del Inem, los ministros de Hacienda Y Trabajo, Cristóbal Montoro Y Juan





Carlos Aparicio, comunicaron ayer a los dirigentes sindicales la decisión del Ejecutivo de "racionalizar y consolidar" el sistema de protección al desempleo. A los sindicatos les "inquietan" esos términos y alertan al Ejecutivo de que van a oponerse a "cualquier intento de recortar prestaciones".

Por contra, piden una mejora para atender a los colectivos más desfavorecidos, al menos para 200.000 parados de larga duración que tienen cargas familiares.

Aparicio explicó a la salida de la reunión que el Gobierno nunca ha hablado de "recorte" del seguro de

paro, sino de adaptar la protección a los desempleados "a las necesidades de la nueva sociedad", y de "alentar a quienes demuestren más interés en la búsqueda de empleo". Asimismo, sugirió que "se evitará el tipo de brusquedades" de la reforma de 1994, aplicada por el Gobierno socialista, que supuso una reducción de tres a dos años el plazo máximo de cobro de la prestación contributiva y la necesidad de haber cotizado un año, en vez de seis meses, para tener derecho a ella.

Jornal El País: Madrid, miércoles 19 de septiembre de 2001, página 50





El terrorismo y la cuestión social

El combate efectivo del terrorismo no puede agotarse en medidas militares o policiales y debe abarcar políticas más amplias destinadas a corregir las situaciones que lo originan o le dan sustento.

El terrorismo es ejercitado por motivos ideológicos o religiosos y, en muchos casos, protagonizado por personas de buen nivel educativo y hasta económico. Así se puso de manifiesto décadas pasadas en muchos países latinoamericanos y sucede ahora en otras partes del mundo.

Las investigaciones sobre el ataque a los EE.UU. ofrecen indicios de que habrían participado personas de clase media con formación universitaria, muy diferentes de los jóvenes fundamentalistas de origen pobre que suelen autoinmolarse en Israel.

Por otra parte, los motivos del terrorismo suelen ser de origen político más que económico o social.

De todos modos es indudable que una de las bases sustentación del extremismo son la pobreza y la frustración económica. En Latinoamérica, los grupos violentos pudieron utilizar como excusa la miseria y la postergación de las poblaciones y, en no pocos casos, encontraron apoyos políticos y logísticos.

En varios países árabes los grupos fundamentalistas crecieron en los últimos años como organizaciones de asistencia social que suplen la inacción estatal y ofrecen servicios indispensables para la sobrevivencia. Por otra

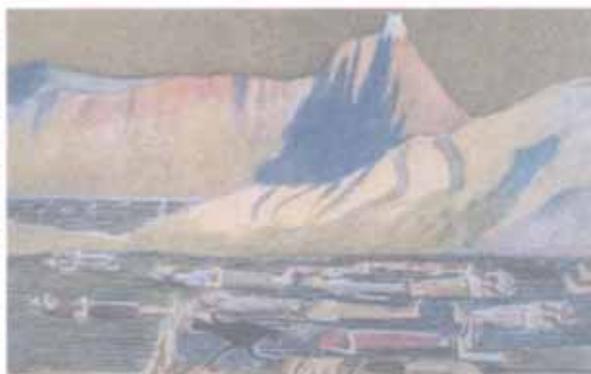
parte, en general, el atraso y la falta de esperanza son caldo de cultivo para el fanatismo y las reacciones extremas.

Por eso, la respuesta al terrorismo, de cualquier origen o en cualquier latitud, no puede quedar confinada a las políticas de seguridad. Es necesario tener en cuenta también la importancia de cambiar las condiciones de vida de grandes sectores de la población mundial que tienen sus necesidades elementales insatisfechas.

Los países ricos no deben agotar su sistema de alianzas para combatir militarmente el terror. Tienen también el desafío de alcanzar acuerdos para crear recursos y trabajo para las zonas postergadas del planeta.

En esa perspectiva pueden buscar la cooperación de los gobiernos de los países pobres para el desarrollo de programas de desarrollo económico y social, de la misma forma que buscan su cooperación en materia militar o de seguridad.

La mejora en las condiciones de vida no evitará la aparición de individuos o grupos extremistas y violentos, ni alcanzará para garantizar la convivencia civilizada. Pero, seguramente, aumentará la confianza y las expectativas en el orden democrático y restará argumentos y bases de sustentación a los violentos.



Jornal Clarin: Buenos Aires, jueves 20 de setiembre de 2001, página 28



América La (tinha)



Conheci uma das Américas...
Lá tinha montanhas.
Mas foram dinamitadas.
Lá tinha belas paisagens.
Que ocupavam a verdadeira.
Lá tinha uma grande cultura,
mas nem todos eram relativamente cultos.
Lá tem uma euforia que não se vê igual.
Que todos chamam "carnaval".
Vi que a desigualdade chega anos assustar,
enquanto poucos gastam muitos, muitos
não tem pra gastar.

Quis conhecer os políticos, pois vi que
pouco se faz, mas fui informado que esta-
vam em recesso, cada qual em sua fazen-
da ou sítio.
Conheci também o folclore, isto sim me
deixou satisfeito. Em saber que mesmo
com a pobreza e a tristeza ainda sem tem
tempo e vontade de ser feliz.
Conheci uma das Américas...
Vi o que nunca se viu.
Conheci uma das Américas...
Me decepcionei com o "Brasil"

*Elaborado por Dimas Cirilo Junior, aluno-trabalhador do
Núcleo de Belo Horizonte - MG - Fittel*